

Mais*

ÁREAS ANTES ADMINISTRADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DEVERÃO PASSAR PARA INICIATIVA PRIVADA

PAULA FRÖES/ARQUIVO CORREIO

Salvador

Zoológico, parques de Pituáçu e São Bartolomeu estão em processo de concessão

Gil Santos e Wendel de Novais*

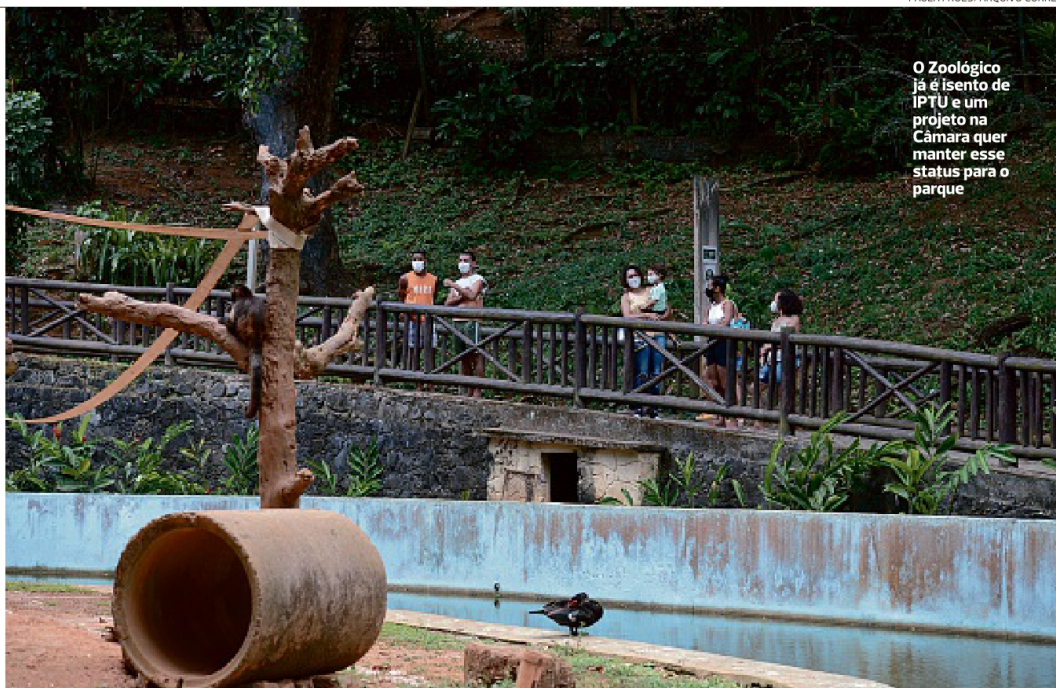
REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

O Jardim Zoológico de Salvador, o Parque de Pituáçu e o Parque São Bartolomeu estão em processo de concessão pelo governo do estado para serem administrados pela iniciativa privada. A câmara municipal, inclusive, já começou a discutir proposta enviada pela prefeitura que torna o Zoo isento de IPTU. A medida foi estratégia para estimular a disputa pela concessão. O governo frisou que não se trata de privatização.

Em termos práticos, de acordo com Juliana Amorim, advogada especialista em contratos administrativos, a concessão é diferente da privatização por não se desfazer dos equipamentos e apenas ceder o gerenciamento para a iniciativa privada por determinado período de tempo.

"A concessão é um contrato pelo qual o poder público vai transferir, para uma empresa particular, a execução de um serviço público. Esse particular executa o serviço por sua conta e será remunerado por meio da cobrança de tarifas aos usuários. Por exemplo, se você paga para entrar no zoológico, quem passa a receber esse valor é a empresa que vai administrar e não o governo", diz a advogada, ressaltando que o poder público



O Zoológico já é isento de IPTU e um projeto na Câmara quer manter esse status para o parque

SOB NOVA GERÊNCIA

blico fiscaliza os equipamentos durante a concessão e verifica se o serviço está sendo executado regularmente.

Sobre o que muda para os parques, Juliana diz que não necessariamente os locais passarão a cobrar pela entrada dos cidadãos. "A empresa pode criar uma tarifa para entrada ou também pode criar meios como lanchonetes, espaços de lazer, de cultura e explorar essas atividades. Existem outras maneiras de tornar a concessão rentável e, provavelmente, isso ainda vai ser discutido com a população. De qualquer forma, a tarifa geralmente é acessível e o governo cria incentivos para a população de

baixa renda ou para estudantes", explica a advogada.

No último domingo (25), o governo anunciou que vai realizar consultas públicas para a concessão dos parques estaduais. Ouvir a comunidade do entorno e informar o passo a passo de tudo o que será feito nessas audiências com participação aberta é uma parte dos trâmites previstos em contrato para que a concessão, que não é imediata, se concretize.

ISENÇÃO DE IPTU

Atualmente, o Parque Zoológico Getúlio Vargas (Jardim Zoológico) é isento do Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU)

●● O poder público tem que se concentrar nas atividades essenciais: saúde, educação, assistência social, no transporte público, na infraestrutura, na manutenção da cidade, então, vejo como positiva a concessão Bruno Reis

Prefeito de Salvador, ao comentar o projeto para isenção de IPTU para o Zoológico

porque é administrado pelo governo do estado, ou seja, pelo poder público. A regra muda quando o administrador é empresa privada, ou deveria mudar, mas o Executivo propõe que fique como está.

A prefeitura encaminhou para o Legislativo alteração na Lei 7.186/2006 que institui o Código Tributário e de Rendas do Município. Em entrevista coletiva para tratar de outro assunto, o prefeito Bruno Reis explicou a decisão. Ele acredita que, se o imposto for cobrado, o valor será exorbitante por conta da localização e do tamanho do terreno, e isso afugentaria as empresas interessadas.

"Aquele área é muito grande, área nobre, no centro. O pagamento do IPTU inviabilizaria a concessão. Como a prefeitura já não tem a receita, vai continuar sem ter, mas vai estimular a recuperação de um equipamento que é importante para a cidade e vai ser mais um equipamento de lazer para a população".

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Concessão de parques baianos integra projeto de âmbito nacional

A decisão de ceder o Jardim Zoológico, o Parque de Pituáçu e o Parque São Bartolomeu para a iniciativa privada foi anunciada em janeiro. A medida faz parte do Programa de Estruturação de Concessões de Parques Naturais, lançado no fim de 2020, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na prática, serão feitos estudos em diversos parques do Brasil para identificar áreas de

exploração turística.

Na Bahia, a parceria do BNDES com o governo do estado vai permitir a concessão também dos parques estaduais da Serra do Conduru, área dos municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, e das Sete Passagens, em Miguel Calmon. A Lagoa do Abaeté não faz parte do projeto de concessão.

Na época, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) divulgou nota expli-

cando que o governo fará uma concessão e não uma privatização, ou seja, essas áreas não serão vendidas, elas serão cedidas para que uma empresa possa operar por um período determinado. A nota cita de 15 a 30 anos, mas não especifica o tempo exato da concessão.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), responsável pela administração do Parque São Bartolomeu,

informou que a concessão é da alçada do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema). O Inema é quem cuida do Jardim Zoológico e do Parque de Pituáçu. Procurados, o Inema e a Sema não se manifestaram.

A previsão é de que as consultas públicas sobre as concessões aconteçam nos últimos três meses desse ano, mas a proposta já vem recebendo críticas de ambientalistas, moradores e

frequentadores das áreas.

Em julho, eles fizeram uma manifestação em frente ao Parque São Bartolomeu, na Avenida Afrânio Peixoto (Suburbana). O povo de santo teme que as áreas sagradas existentes nos parques não sejam respeitadas.

Atualmente, por conta da pandemia, o Parque de Pituáçu ainda está fechado. Já o Jardim Zoológico voltou a funcionar de terça-feira a domingo, a partir das 10h.